



É HORA DE FORTALEZA ACORDAR! Prefeito, Nem o Passado Como Era E Nem o Presente Como Está

Coordenação: Sindifort

Boletim da Campanha Salarial 2014 - nº 1

Campanha Salarial 2014 é lançada em Festa do Dia do Servidor

Cerca de 1.500 servidores compareceram ao Ginásio Paulo Sarasate na manhã do dia 24/10 para comemorar o Dia do Servidor Público e lançar a Campanha Salarial 2014 dos Servidores, Professores e Empregados Públicos Municipais.

Foi uma manhã de festa, animada pela Banda Batuta Nordestina, encenação teatral sobre a Guerra de Canudos, prestação de serviços (exposição de fotos, corte de cabelo, medição de pressão arterial e glicemia, orientação de primeiros socorros e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis). Ao final, os associados puderam concorrer a vários prêmios, como bicicletas, fornos micro-ondas, celulares, Tv de 42 polegadas, etc.

Campanha Salarial

Um dos momentos mais importantes foi a leitura e aprovação das reivindicações da Pauta da Campanha Salarial 2014.

De acordo com estudo feito por economista contratado pelo Sindifort, as entidades que compõem o Fórum Unificado dos Servidores e Empregados Públicos Municipais estão reivindicando um reajuste geral 15% (quinze por cento) na data base do funcionalismo municipal. Este índice corresponde à reposição das perdas salariais acumuladas desde a implantação dos PCCS/PECS (período 2008-2013) mais ganho real. Para os professores é reivindicado um reajuste no percentual de 19% (dezenove por cento), para cumprimento do Piso Nacional da categoria, mais ganho real.

Além da reivindicação salarial, a

Pauta contém mais dezessete pontos gerais de interesse de todas as categorias e mais pontos específicos dos vários órgãos do serviço público municipal, que serão objetos das mesas de negociação entre as entidades e o governo municipal.

Negociação sem enrolação

Um dos desafios dessa Campanha Salarial é obrigar a administração do prefeito Roberto Cláudio (PSB) a sair da postura de enrolação que tem adotado na sua relação com as entidades dos servidores.

A instituição em lei das Mesas de Negociação foi um importante avanço, pois estabelece um canal legal para debater as demandas dos trabalhadores, mas isso não basta. É preciso que os representantes da gestão nas mesas tenham autonomia e autoridade para encaminhar as reivindicações, fazendo andar as negociações.

Como sempre dissemos, o determinante nas relações entre trabalhadores e patrões/governos é a organização e mobilização da classe trabalhadora. Por isso, a Campanha Salarial não pode se limitar às reuniões de negociação. Só avançaremos no atendimento das reivindicações se o conjunto dos servidores atender o chamado para a luta e construirmos uma Campanha Salarial combativa e mobilizada.

É fundamental a presença de todos na entrega oficial da Pauta de Reivindicações no Gabinete do Prefeito (Paço Municipal), no dia 14/11 às 8h. Vamos dar a primeira mostra de nossa ao prefeito Roberto Cláudio. Vamos à luta!



Momento da aprovação da Pauta de Reivindicações da Campanha Salarial 2014 durante Festa do Dia do Servidor (Ginásio Paulo Sarasate - 24/11/2013). Acima: representantes das entidades integrantes do Fórum Unificado. Foto: Arquivo Sindifort.

TODOS AO PAÇO!

Dia 14/11, às 8h

Entrega da Pauta de Reivindicações da Campanha Salarial 2014 no Gabinete do Prefeito



Show de humorista



Corte de cabelo



Prêmios



Exposição de fotos



Encenação teatral



Banda Batuta Nordestina



Teste de glicemia (diabetes)



Primeiros socorros



Medição de pressão arterial



Prevenção de Aids/DSTs

Reivindicações da Campanha Salarial 2014

FÓRUM UNIFICADO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA COORDENAÇÃO: SINDIFORT

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA CAMPANHA SALARIAL 2013 DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

PAUTA GERAL

1. Reajuste geral no vencimento base e complementos judiciais dos servidores e empregados públicos municipais, assegurando reposição das perdas salariais acumuladas desde a implantação dos PCCS/PECS (período 2008-2013) mais ganho real, perfazendo o percentual de 15% (quinze por cento), aplicado na data base dos (1º de janeiro de 2014).
2. Reajuste no vencimento base no percentual de 19% (dezenove por cento) para os profissionais do magistério municipal, para cumprimento do Piso Nacional da categoria, mais ganho real.
3. Cumprimento dos PCCS e PECS, com adequação, reenquadramento, atualização das matrizes salariais, alteração do interstício de 2% (dois por cento) para 5% (cinco por cento), alteração no percentual do ITA, implantação das ascensões, progressões e promoções funcionais, redução da carga horária dos cursos para qualificação de 180h (cento e oitenta horas) para 120h (cento e vinte horas).
4. Autonomia administrativa, financeira e jurídica do Instituto de Previdência do Município (IPM), com o fim da limitação de consultas.
5. Concurso público para todas as áreas onde houver carência no serviço público municipal. Fim da terceirização.
6. Alteração da jornada de trabalho de 6 para 8 horas de forma opcional com acréscimo de 1/3 da remuneração, sendo assegurando auxílio refeição conforme legislação.
7. Cumprimento das sentenças judiciais dos processos que já transitaram em julgado, a exemplo das isonômias salariais e a ascensão funcional, bem como no que se refere ao descongelamento dos pisos profissionais e hora extra incorporada.
8. Implantação dos anuênios/quinquênios com o pagamento dos atrasados.
9. Implantação das progressões e promoções de acordo com a lei 7141/1992 aos servidores que não optaram pelo PCCS do governo Luizianne Lins em 2007.
10. Assegurar o pagamento da licença prêmio/ especial em pecúnia para os servidores e empregados públicos que optarem por não gozar o benefício, a exemplo do já é assegurado para os professores desde 2010.
11. Pagamento em pecúnia do vale-transporte.
12. Regulamentação da Aposentadoria especial sem prejuízo na remuneração para os servidores e empregados públicos municipais, conforme mandado de injunção já assegurado pelo STF.
13. Cumprimento da Emenda Constitucional 70, assegurando o pagamento da aposentadoria integral para os servidores que se aposentaram

pela proporcionalidade por motivo de doença.

14. Estabelecer Comissão Multidisciplinar com sua composição pelos servidores de carreira, bem como comissões setoriais para acompanhamento e cumprimento dos PECS e PCCS.
15. Programa habitacional da PMF com percentual de 10% para aquisição da casa própria para os servidores que não possuem moradia.
16. Adicional Noturno no percentual de 20% calculado sobre a remuneração dos servidores, conforme art. 119 do Estatuto dos Servidores e Empregados Públicos do Município de Fortaleza.
17. Individualização nas contas do FGTS do montante que se encontra depositado na Caixa Econômica Federal.
18. Melhoria das condições de trabalho, com implantação de políticas de combate ao assédio moral, saúde, segurança do trabalhador e formação continuada.
19. Garantia da liberação integral dos servidores no exercício de mandato de dirigentes sindicais.

PONTOS ESPECÍFICOS

EMLURB

- Recolhimento do FGTS dos empregados da EMLURB, referentes aos período em atraso.
- Implantação dos níveis salariais com o respectivo pagamento.
- Reestruturação do órgão.
- Criação de uma gratificação específica dos empregados públicos da Emlurb.

FAZENDÁRIOS

- Assegurar a GEFAT integral para efeito de aposentadorias e pensões dos servidores ativos, e estender aposentados e pensionistas o mesmo direito.
- Majoração dos pontos da RAV, na seguinte forma:
Nível superior – 600
Nível médio – 400
Nível fundamental – 200
- Alteração dos multiplicadores da GEFAT, na seguinte forma:
Analista do tesouro municipal – de 0,9 para 1,27
Assistente técnico / Assistente do tesouro municipal – de 0,63 para 1,27
Auxiliar técnico / Auxiliar do tesouro municipal – de 0,85 para 1,27
- Assegurar inclusão dos fazendários aposentados no PCCS-Sefin.

GUARDA MUNICIPAL

- Alteração na carreira dos servidores da GMF do nível médio para o nível técnico;
- Assegurar as promoções para todos os servidores que deveriam ter sido promovidos em 2006, de acordo com a Lei 7141/92, e para os demais que não foram contemplados com o benefício.
- Aumento na Gratificação de Hierarquia para Subinspetores [80% (oitenta por cento)] e Inspectores [100% (cem por cento)].
- Criação da Gratificação Específica de Exercício de Função (GEEF) no percentual de 30% a 100%, para motoristas, administrativos, comandantes de viaturas, comandante e posto e chefe de setor.
- Incorporação ao vencimento base dos valores atualmente recebidos a título de hora extra para as carreiras de Segurança, Defesa Civil e Segurança Institucional.

USINA DE ASFALTO

- Incorporação das gratificações VPR e GPA para efeito de aposentadoria e pensão aos servidores da Usina e Fábrica de Pré Moldados.
- Reestruturação da Usina de Asfalto

SEMAS

- Criação do PCCS da Assistência social assegurando:
- Criação da Gratificação Incentivo por Atividade em Área de Risco (GIAS-AS), ou Gratificação de Risco de Vida, no percentual de 40% do vencimento base.
- Criação da Gratificação de Exercício, definido de acordo com a natureza da atividade profissional de assistência.

AGENTES ADMINISTRATIVOS, ASSISTENTES E AUXILIARES ADMINISTRATIVOS

- Alteração no percentual da GEAD de 10% para 50 %, garantindo sua incorporação para efeito de aposentadoria.

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES COMUNITÁRIOS DE ENDEMIAS

- Adequação do PECS dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias para o PCCS.
- Instituição da Gratificação de Incentivo para Agentes de Saúde e de Combate às Endemias no percentual estabelecido na proposta de GIASE, com extinção incentivo de área de campo.
- Assegurar o pagamento do piso para agentes de saúde e de combate às endemias, no valor de R\$ 950,00.
- Assegurar a contagem integral do tempo serviço prestado à PMF, para todos os efeitos legais.

SAMU

- Alteração na carreira dos servidores do SAMU de nível médio para nível técnico.
- Aumento da G-SAMU de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento).

SAÚDE, GONZAGUINHAS E HOSPITAIS DISTRITAIS

- Gratificação de plantão e suplementação da carga horária no percentual de 100% para os servidores de nível médio da saúde.
- Retorno imediato aos seus postos de trabalho dos servidores da Saúde Municipal que foram expulsos pela ONG ISGH.
- Redução da carga horária para 30 (trinta horas) semanais dos servidores cirurgiões dentistas e enfermeiros da ESF, sem redução salarial.
- Equiparação salarial entre todos os dentistas e enfermeiros da PMF, mantendo a proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) do salário do PSF

para aqueles que trabalham 20h (vinte horas).

- Suplementação de carga horária para servidores da área de apoio da saúde.

INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA (IJF)

- Adicional de 40% sobre o vencimento base para os servidores que trabalham em regime de escala de plantão rotativo, inclusive aos sábados, domingos e feriados sem redução de jornada para tal fim;
- Alteração dos cálculos de insalubridade sem necessidade de dosimetria e/ou laudo para 40% para os servidores do grupo de especialidade da saúde e 20% para o grupo de apoio a saúde.

HOSPITAIS SECUNDÁRIOS

- Gratificação de plantão para os profissionais de saúde de nível médio dos hospitais secundários (por isonomia com o IJF)
- Suplementação da carga horária de 60 para 120 horas com tratamento isonômico em relação ao IJF.

UNIDADE BÁSICAS DE SAÚDE

- Incorporação de 100% da Gratificação de Incentivo de Nível Superior (GINS-SF) dos servidores cirurgiões dentistas e enfermeiros da ESF ao vencimento base.

AGENTES DE TRÂNSITO

- Alteração na carreira dos agentes de trânsito de nível técnico para nível superior.

EDUCAÇÃO

- Reajuste para os servidores do Núcleo de Apoio à Educação no percentual de 3,10% do ano de 2012 que a PMF não concedeu aos mesmos, conforme planilha já apresentada ao governo municipal.
- Assegurar 1/3 (um terço) da jornada de trabalho dos professores para atividades extraclasse.

FISCALIZAÇÃO

- Incremento financeiro da GEFAT.
- Implantação do risco de vida para todos que fazem jus ao benefício.

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS (IPEM)

- Incorporação da produtividade ao vencimento base com extinção do bônus.
- Extensão do PCCS para os aposentados do IPEM.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO (IPM)

- Instituição da Gratificação Previdenciária e Saúde, no percentual de até 100% (cem por cento) calculada sobre o vencimento base.

Expediente Boletim do Fórum Unificado dos Servidores e Empregados Públicos Municipais de Fortaleza

Publicação das entidades integrantes do Fórum Unificado dos Servidores e Empregados Públicos Municipais: Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos do Município de Fortaleza (SINDIFORT) / Sindicato dos Guardas Municipais do Estado do Ceará (SINGMEC) / Sindicato dos Trabalhadores da EMLURB (SINDILURB) / Sindicato dos Fazendários do Município de Fortaleza (SINDIFAM) / Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará (SASEC) / Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Ceará (SENECE) / Sindicato dos Odontologistas do Ceará (SINDIODONTO) / Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviço de Saúde do Estado do Ceará (SINDSAÚDE) / Sindicato dos Trabalhadores no Serviço de Saúde de Fortaleza (SINTSAF) / Sindicato dos Guardas Municipais do Estado do Ceará (SINDIGUARDAS) / Núcleo Específico de Agentes de Saúde e Endemias (Nease/Sindifort) / Associação dos Guardas Municipais do Estado do Ceará (ASGMEC) / Associação dos Servidores do Instituto Dr. José Frota (ASSIJF) / Associação dos Fiscais do Município de Fortaleza (AFIM) / Associação dos Agentes de Saúde (APACS) / Associação dos Servidores de Combate de Endemias de Fortaleza (ACEFOR) / Associação de Nível Superior do IJF (ANISUP). Coordenação do Fórum: SINDIFORT. Jornalistas responsáveis: Haroldo Barbosa (MT 2034/CE) e Afrânio Castelo (MT 2041/CE). Estagiária de comunicação: Iane Parente. Edição fechada em 03/11/2013. Tiragem: 10.000 exemplares.